

REQUERIMENTO

Gestão do sistema lagunar da Lagoa de Santo Cristo em São Jorge

Atendendo a que na Fajã da Caldeira de Santo Cristo existem ecossistemas lagunares de particular interesse para a conservação da avifauna e de algumas espécies vegetais, tem sido diversas as medidas adotadas no sentido da preservação e salvaguarda do património natural nela contido.

No que aos valores naturais diz respeito, é de evidenciar que na lagoa da Fajã da Caldeira do Santo Cristo existe a única população de amêijoas comercialmente explorável nos Açores, tendo a mesma sido já objeto de medidas de proteção, como sejam as instituídas por via do Decreto Legislativo Regional n.º 14/84/A, de 21 de fevereiro, que criou a Reserva Natural Parcial da Caldeira de Santo Cristo, ou do Decreto Legislativo Regional n.º 6/89/A, de 18 de julho, que criou a Área Ecológica Especial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo e lançou, ainda, as bases da regulamentação da apanha e comercialização da amêijoas.

Com a reclassificação operada pelo Parque Natural da Ilha de São Jorge, criado através do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2011/A, de 28 de março, o território desta fajã passou a integrar a Área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte, uma das 13 unidades de gestão daquele Parque Natural de Ilha.

A Fajã da Caldeira de Santo Cristo integra, ainda, desde 2016, a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge (UNESCO 2016).

Atentas as especificidades ecológicas, paisagísticas e sócio-culturais das Fajãs da Caldeira de Santo Cristo e dos Cubres, onde ocorrem os dois únicos sistemas lagunares de águas de transição costeira no âmbito da Região Hidrográfica dos

Açores, estes sistemas foram, em 2005, reconhecidos como Zonas Húmidas de Importância Internacional ao abrigo da Convenção de Ramsar. De ressaltar que esta tipologia de massas de água possui elevado valor ecológico, tal como presente no Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores.

Após o sismo de 1980, que causou estragos generalizados nos acessos, infraestruturas e habitações daquela Fajã, a mesma ficou votada a um considerável abandono.

Nos últimos anos, contudo, tem-se assistido a uma dinâmica sem precedentes nas fajãs de São Jorge, com destaque para a Fajã da Caldeira de Santo Cristo, local privilegiado para veraneio e lazer, e que desperta, devido à sua beleza e características naturais e culturais, cada vez mais o interesse de segmentos específicos de ecoturismo, designadamente o pedestrianismo e as atividades ligadas ao mar.

A verdade é que pese embora o novo paradigma que se verifica na Fajã da Caldeira de Santo Cristo tenha servido para atrair mais pessoas à ilha, a ele associam-se pressões sobre os recursos naturais que não são desprezáveis.

Atentas as pressões antropogénicas e as ameaças naturais, bem como a “necessidade da adoção de providências tendentes a salvaguardar a harmonia entre o património cultural no contexto de uma paisagem cultural de grande especificidade”, ou o “inestimável valor e potencial turístico da paisagem das fajãs da ilha de São Jorge e fragilidade do seu equilíbrio paisagístico”, foi elaborado o Plano de Gestão das Fajãs da Caldeira de Santo Cristo e dos Cubres na Ilha de São Jorge (Portaria n.º 44/2010, de 30 de abril), documento com horizonte temporal de quatro anos.

Ao nível das ameaças naturais, são de evidenciar o risco de erosão costeira, que exige a manutenção regular das barreiras de proteção, a atividade sísmica, que

já levou no passado ao abandono da Caldeira, ou as derrocadas frequentes.

Assim, ao nível dos objetivos para a componente “assegurar a qualidade ambiental e a valorização dos sistemas lagunares e terrestres das fajãs” o Plano de Gestão das Fajãs da Caldeira de Santo Cristo e dos Cubres na Ilha de São Jorge propunha em 2010, entre outras atividades de gestão para a manutenção da barreira (alpeirão), a realização de obras anuais de recuperação e manutenção.

A manutenção das condições de circulação da água do mar, através do alpeirão (passo), vinha sendo efetuada anualmente desde 2000, altura em que se dotou aquela Fajã de uma retroescavadora para a abertura do canal e para a manutenção das condições de circulação da água do mar, condições importantes para a garantia dos parâmetros de qualidade requeridos pela DQA a nível das águas de transição.

Inexplicavelmente há alguns anos as operações de desassoreamento do passo (canal), deixaram de ser feitas e a máquina que lá estava ficou ao que tudo aparenta inoperacional, comprometendo a circulação de água, afetando a dinâmica ecológica das amêijoas e colocando em causa a concretização das medidas propostas do Plano de Gestão das Fajãs da Caldeira de Santo Cristo e dos Cubres.

Aliás, sobre este aspeto, importa lembrar que a avaliação realizada dois anos após a publicação do Plano de Gestão das Fajãs da Caldeira de Santo Cristo e dos Cubres, denunciava que apesar de se terem registado melhorias assinaláveis na gestão daquelas fajãs, subsistiam problemas cuja resolução era “complexa, dispendiosa e que exigiam “mais tempo de preparação, sobretudo as que decorrem de práticas vulgarizadas que carecem de compromissos e consensos de todas as entidades envolvidas (entidade gestora, associações, autarquia e utilizadores das fajãs)”.

O Governo Regional, sobre a aparente inoperacionalidade da máquina e sobre a resolução do problema, já afirmou que a mesma não se encontrava avariada e que os trabalhos de abertura do passo decorreram entre abril e junho de 2017, acrescentando que “por questão de manutenção, o equipamento é periodicamente colocado a trabalhar”.

Sobre a manutenção do equipamento o Governo Regional registou que o mesmo, “através da Direção Regional dos Assuntos do Mar, monitoriza periodicamente o equipamento e garante a sua operacionalidade” e que no início de 2017 procedeu à substituição de “vários tubos hidráulicos de modo a garantir a sua operacionalidade”.

As operações de manutenção e abertura do passo deixaram de ser anuais e calendarizadas e passaram a ser realizadas de acordo com as necessidades identificadas pelo Parque Natural de São Jorge, ao qual cumpre a monitorização do local.

Embora se desconheça em que moldes tem sido efetuada a monitorização da lagoa da Fajã da Caldeira de Santo Cristo ou quais as operações de manutenção do passo, a verdade é que a simples inspeção visual denuncia um acentuado desgaste e abandono da máquina ali existente.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados subscritores solicitam as seguintes informações e documentação:

1. Quais e em que datas foram realizados, nos anos 2015, 2016, 2017 e 2018, operações de manutenção mecânica à retroescavadora existente na Fajã da Caldeira de Santo Cristo?
2. Qual o investimento efetuado, nos anos atrás identificados, à manutenção mecânica da retroescavadora existente na Fajã da Caldeira de Santo Cristo?

3. Neste momento aquela máquina está ou não operacional? Caso esteja inoperacional favor indicar a razão da inoperacionalidade e a data de previsão para aquisição de novos meios para a manutenção da barreira (alpeirão), e bem assim para a manutenção das condições de circulação da água do mar naquela lagoa.
4. Nos últimos três anos que ações concretas foram realizadas no sentido da manutenção do passo e qual o investimento associado? Remeter datas associadas às ações de manutenção e informar sobre os meios humanos e materiais envolvidos.
5. Além da manutenção do passo que outras ações foram desenvolvidas no local nos mesmos anos no sentido da manutenção e garantia da renovação constante de água e bem assim da manutenção do equilíbrio ecológico do local?
6. Que problemas subsistem no âmbito daquela que é a gestão da Fajã da Caldeira de Santo Cristo e que papel, ou que ações, têm tido o Parque Natural de São Jorge e a Direção Regional dos Assuntos do Mar, respetivamente, no sentido de os dirimir ou resolver?
7. Nos últimos dois anos quantas ações de limpeza de sargaços no interior da lagoa da Caldeira de Santo Cristo foram realizadas e por que entidades? Favor indicar as datas.
8. Cópia dos estudos sobre a avaliação das necessidades de reposição de stock de ameijoas realizados desde 2015?
9. Informação sobre as avaliações do estado ecológico e químico das águas da lagoa da Caldeira de Santo Cristo, dos últimos 3 anos.

Velas, 28 de março de 2019

O DEPUTADO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	887 Proc. n.º 54.03.05
Data:	019/03/28 N.º 614 X1